

02.08.2019

mesa 2

14h00 - 15h30

**Gênero, raça,
LGBTQ+ e
Classe Social
na Cidade.**

coordenação
Mércia Maria da Silva
e
Tainá de Paula

Gênero, raça e cidade. Uma contribuição para o BR CIDADES.

Georgia de Souza Costa

Stéfany dos Santos Silva

Tainá de Paula

Carolina Coelho

O debate sobre as desigualdades territoriais e urbanas tem sido pautado ao longo das últimas décadas por movimentos sociais, políticos e entidades comprometidas com a construção de novas perspectivas de futuro para nossas cidades. É do nosso entendimento que a produção das diversas formas de desigualdade são essenciais para a intensificação e manutenção do processo de reprodução e acumulação capitalista, refletindo diretamente na construção de cidades menos justas e territórios cada vez mais segregados.

A cidade do Rio de Janeiro, em especial, reproduz essa desigualdade através da manutenção de uma segregação sócio espacial bem definida, com um núcleo elitizado onde se concentra a maior parte dos investimentos e equipamentos urbanos, assim como maior oferta de políticas públicas, serviços, lazer, etc. Por outro lado, nas regiões mais periféricas da cidade, a presença do Estado se dá quase que unicamente através de instrumentos e dispositivos de repressão e controle das populações.

Para compreender a complexidade das múltiplas formas de opressão que atravessam a população, os territórios e as relações sociais que neles se desenrolam, é necessário uma maior abertura para a escuta e a incorporação das pautas dos diferentes agentes que vivenciam e atuam na produção dessas cidades. O debate sobre gênero e raça vem sendo incorporado de maneira consistente nos mais diversos setores da sociedade e áreas de produção cultural e científica como cinema, literatura, ciências sociais, direito, educação e psicologia.

É preciso romper com as práticas de planejamento hegemônicas, construídas a partir da experiência daqueles que detêm o poder e que não incorporam as especificidades dos demais grupos. O medo de transitar por uma rua escura, o assédio dentro do transporte público e a naturalização da dupla jornada de trabalho são algumas das diversas formas de opressão que assolam o cotidiano das mulheres nas cidades brasileiras. A promoção de cidades mais justas passa por um processo de escuta das

vozes femininas, pelo reconhecimento dessas opressões, pela incorporação de mulheres nos espaços de decisão das políticas públicas, pela promoção de espaços destinados à construção coletiva de novas alternativas e propostas para uma forma de produção de cidade que discuta as questões urbanas também sob a perspectiva de gênero e raça. Pensar as problemáticas sociais e urbanas a partir da interseccionalidade, conceito que vem sendo proposto por feministas negras, é essencial para aprofundar a discussão através da análise do cruzamento das múltiplas formas de opressão (gênero, raça, classe e sexualidade) que resulta na construção de uma subcidadania.

A partir dessa perspectiva é possível incorporar nesse debate as vivências da mulher negra, que tem seu cotidiano marcado pela violência, pela hipersexualização de seu corpo, pelo conflito e que são constantemente invisibilizadas dentro de uma sociedade machista e racista. Acompanhar o dia a dia da mulher negra e periférica é compreender as mais diversas formas de discriminações que emergem da sociedade e as situações de vulnerabilidade às quais ela é submetida. Estando esta mulher a margem, o discurso do medo não se caracteriza necessariamente diante de um aspecto de perda patrimonial, mas comumente pela perda de uma vida, seja a dela ou as dos que lhe são caros.

O espaço urbano é desenhado para os que podem possuir bens e convidativo ao consumo, aos que não podem alimentá-lo economicamente se reserva a oferecer postos de serviço que fomentem a dinâmica do lucro. Sendo a mulher negra, no geral, a base de todas as pirâmides, esta permanece cerceada em seus movimentos e condicionada a ocupar apenas os postos de serviço. A esta mulher não é reservado o direito à cidade lefevreano. Embora submetidas a tantas opressões e a estigmatização do ser mulher, há um importante movimento que subverte a ordem vigente criando novas alternativas de resistência e reexistência no contexto das grandes cidades. Seja dentro dos movimentos de luta pela moradia, nas cooperativas de trabalho, nas redes de apoio e socialização de saberes ou no movimento de mães vítimas da violência, as mulheres têm se organizado tanto para fazer pressão ao Estado na luta por direitos quanto para construção de novas narrativas que privilegiem a experiência da mulher no meio urbano.

Atualmente, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil, com aplauso da Arábia Saudita, está disputando a retirada do termo “gênero” das resoluções e documentos da Organização. Estamos vivendo um período delicado, sobretudo quando pensamos em democracia. Assim, queria abrir a mesa com um questionamento: dentro desse debate

do que é e do que queremos sobre democracia, como os debates do racismo e do patriarcado têm ajudado a pensarmos em novos caminhos e possibilidades para nós?

Pesquisa recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ observou que 22 milhões de brasileiras de 16 anos ou mais afirmaram que já sofreram assédio e sua maioria afirmou que viveu isso no espaço público. Não por acaso, a maior parte é relato de jovens e mulheres negras. Os dois espaços que mais aparecem são a rua e o transporte público. Claro que o assédio está longe de ser o maior problema, mas ela é um dos anúncios de que nosso trânsito pela cidade também está sujeito à violência. Além disso, precisamos pensar que somos o país que mata mulheres em números expressivos, assim como as pessoas negras e a população LGBTQI.

Ainda sobre a questão dos serviços públicos, é importante destacar que como as mulheres seguem ocupando o lugar da reprodução da vida, quando temos a não provisão desses serviços públicos, somos afetadas de um jeito particular. Se pegamos o corte da saúde recente na cidade do Rio², ele tem um efeito enorme sobre as clínicas das famílias e as UPAs, o que implica diretamente na rotina das mulheres, já que recai também sobre elas o trabalho do cuidado das crianças, dos idosos. A falta de creches também é um desafio, porque se uma mulher não tem autonomia econômica, ela fica exposta aos desafios de trabalhar ou não, de ter alguém que possa cuidar de seus filhos e de outras variáveis desse processo.

Esse fornecimento de serviços é importante para que as mulheres tenham o direito à cidade garantido. Além do mais, nossa leitura é de que a provisão de serviços, além de acontecer, é preciso que seja sensível à gênero, que reflita sobre as particularidades que as mulheres enfrentam no dia-a-dia. Como as mulheres têm dado seu jeito de existir e viver nas cidades hoje? Por isso, pontos de ônibus iluminados, ruas iluminadas, paradas fora do ponto, saúde das mulheres, dentre outras coisas.

Nós precisamos, portanto, garantir que outras vozes sejam ouvidas no planejamento urbano, principalmente no campo político, ampliando vozes que podem garantir a experiência de diferentes mulheres e pessoas nas cidades.

A democratização das cidades, passa pela promoção de um planejamento urbano que não silencie ou invisibilize grupos minoritários e subalternizados do processo de formulação de novas políticas, mas que seja capaz de incorporar não apenas suas demandas mas também novas perspectivas do ver, pensar e fazer cidade. Um novo modelo de planejamento urbano demanda o questionamento das práticas vigentes que

¹ **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil 2a edição - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** Disponível: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

² **Prefeitura do Rio corta mais de R\$400 milhões do orçamento da saúde e preocupa pacientes.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/22/prefeitura-do-rio-corta-mais-de-r-400-milhoes-do-orcamento-da-saude-e-preocupa-pacientes.ghtml>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

fazem a manutenção das desigualdades e a abertura para uma participação efetiva de outros sujeitos que insuflam o debate sobre cidades com outros olhares e vivências. É fundamental a construção de políticas com e para os grupos subalternizados, incluindo outros modelos que não foram pensados e discutidos nos últimos anos do período democrático-popular. Como negros e negras moram? Como mulheres podem ser retiradas do ciclo de violência e pobreza através de políticas públicas? São questões centrais para o BR Cidades desenhar e se debruçar.